STJ00083015

Sumário

Introdução 7

Título I – **O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO**

Capítulo I – **Meio Ambiente**

1. Conceito de meio ambiente 17
2. Aspectos do meio ambiente 19
3. Meio ambiente do trabalho 21
4. A qualidade do meio ambiente 22
5. Desenvolvimento econômico e meio ambiente 23
6. Sustentabilidade 25

Capítulo II – **Degradação Ambiental e Consciência Ecológica**

1. Razão da tutela do meio ambiente 28
2. Processos de degradação do meio ambiente 28
3. Desmatamento 29
4. Poluição 29
5. Degradação do solo 32
6. Poluidor e poluente 32
7. Consciência ecológica 33

Capítulo III – **Legislação Ambiental**

1. Evolução normativa 34
2. Legislação tutelar do meio ambiente no Brasil 34
3. Direito Ambiental 41

Capítulo IV – **Fundamentos Constitucionais da Proteção Ambiental**

I – AMBIENTALISMO CONSTITUCIONAL

1. Constituições estrangeiras 43
2. Constituições Brasileiras 46

II – REFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO MEIO AMBIENTE

3. Os modos de referência 46
4. Referências explícitas ao meio ambiente 47

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. Referências implícitas ao meio ambiente 49
III – O CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE
6. O conteúdo normativo do art. 225 da Constituição Federal 50
7. Significação geral dos enunciados 52
IV – CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS
8. Meio ambiente nas Constituições estaduais 54
9. Meio ambiente nas leis orgânicas municipais 57

*Capítulo V – **Direito Fundamental à Qualidade do Meio Ambiente***

1. Formação de um novo direito fundamental 58
2. A Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo 58
3. Os princípios internacionais de proteção ambiental 59
4. Os novos princípios de proteção ambiental 63
5. Protocolo de Quioto 66
6. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente 68
7. Conclusão 69

*Capítulo VI – **Federalismo e Meio Ambiente***

I – FEDERALISMO
1. Forma do Estado Brasileiro 71
2. Repartição de competências 71
3. Sistema de repartição de competências 72
II – A QUESTÃO AMBIENTAL E O FEDERALISMO
4. Os problemas 72
5. República Federal da Alemanha 73
6. Federação Suíça 74
7. Espanha 74
III – O SISTEMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
8. Regras gerais 75
9. Incumbência do Poder Público 75
10. Competência da União 76
11. Competência comum 77
12. Competência legislativa concorrente 78
13. Competência dos Estados 78
14. Competência dos Municípios 79

*Título II – **OBJETO DA TUTELA AMBIENTAL***

*Capítulo I – **Recursos e Patrimônio Ambientais***

1. Definição do objeto de tutela 81
2. Recursos ambientais 82
3. Natureza do patrimônio ambiental 82

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II – ***Provisões Constitucionais sobre a Conservação Ecológica***

1. Conceitos ecológicos 85
2. Ecologia 85
3. Equilíbrio ecológico 87
4. Conservação ecológica 88
5. Processos ecológicos essenciais 89
6. Manejo ecológico das espécies 91
7. Ecossistemas 92
8. Diversidade do patrimônio genético 93

Capítulo III – ***Proteção da Qualidade do Solo***

1. O solo 97
2. Formas de deterioração do solo 98
3. Poluição 98
4. Degradação 102
5. Erosão 102
6. Esgotamento 104
7. Conservação do solo 104
8. Sistemas de manejo do solo agrícola 105
9. Manejo do solo urbano 107

Capítulo IV – ***Proteção da Qualidade do Ar***

1. Ar e atmosfera 109
2. Ar e vida 109
3. Poluição atmosférica 111
4. Agentes poluidores 112
5. Tutela da qualidade do ar 112
6. Padrões de qualidade do ar 114
7. Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M) 117

Capítulo V – ***Proteção da Qualidade da Água***

I – ÁGUAS E SUA PROTEÇÃO
1. A água 120
2. Domínio sobre as águas 121
3. Competência para legislar sobre águas 122
4. Poluição da água 124
5. Proteção legislativa da qualidade da água 127
6. Proteção das águas no Estado de São Paulo 131
II – POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
7. Considerações gerais 132
8. Fundamentos e objetivos 132

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Diretrizes gerais de ação 133
10. Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos 133
11. Planos de Recursos Hídricos 133
12. Classificação dos corpos de água 134
13. Outorga de direitos de uso de recursos hídricos 134
14. Cobrança do uso de recursos hídricos 136
15. Sistema de informações sobre recursos hídricos 136
16. Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos .. 137

III – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

17. Objetivos e composição 137
18. Conselho Nacional de Recursos Hídricos 138
19. Agência Nacional de Águas (ANA) 139
20. Comitês de Bacia Hidrográfica 140
21. Agências de Água 141
22. Organizações civis de recursos hídricos 142

*Capítulo VI – **Proteção do Meio Ambiente Marinho***

I – O MEIO MARINHO

1. Águas marinhas e meio marinho 143
2. O mar territorial 143
3. A Plataforma Continental 144
4. A Zona Econômica Exclusiva 144
5. As águas contíguas 145
6. O alto-mar 145
7. Poluição do meio marinho 145

II – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO MARINHO

8. Considerações gerais 147
9. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente 147
10. Obrigação geral dos Estados 147
11. Competência dos Estados 149

III – POLÍTICA NACIONAL SOBRE OS RECURSOS DO MAR

12. Norma básica 150
13. Comissões para os recursos do mar 151
14. Lançamento de resíduos e alijamentos no mar 151

*Capítulo VII – **Gerenciamento Costeiro***

1. Conceito 153
2. Proteção constitucional da Zona Costeira 153
3. Objetivos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro .. 154
4. Instrumentos do PNGC 155
5. Elaboração e execução 157
6. Meios de atuação 158

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7. Planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro .. 159
8. Praias 160

Capítulo VIII – ***Proteção do Patrimônio Florestal***

1. Flora e floresta 161
2. Ecossistemas florestais 162
3. Tutela jurídica do patrimônio florestal 166
4. A Constituição e a legislação florestal 169
5. O Código Florestal 170
6. Florestas de preservação permanente 171
7. Florestas heterogêneas e florestas homogêneas 178
8. Florestas nativas, primitivas e regeneradas 178
9. Florestas plantadas 179
10. Urbanificação florestal 180
11. Disciplina da exploração florestal 180
12. Reserva legal e florestas suscetíveis de supressão 182
13. Recomposição, compensação e regeneração de reserva legal 187
14. Servidão florestal 190
15. Quota de Reserva Florestal 191
16. Florestas públicas e concessão florestal 191
17. Áreas verdes urbanas 193

Capítulo IX – ***Proteção à fauna***

1. Fundamentos constitucionais 194
2. Fauna: propriedade estatal 195
3. Política de Proteção à Fauna do país 196
4. Sistema de conservação e meios de proteção 197
5. Caça e criadouros privados 198

Capítulo X – ***Fontes de Poluição***

1. Conceito e discriminação 200
2. Esgotos 201
3. Resíduos sólidos 202
4. Resíduos e emissões industriais 203
5. Lixo radioativo 204
6. Agrotóxicos 206
7. Extração e tratamento de minerais 209
8. Veículos automotores 210

Título III – ***MEIOS DE ATUAÇÃO***

Capítulo I – ***Gestão do Patrimônio Ambiental***

I – GESTÃO ECOLÓGICA

1. Noção 211

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Manejo do território 212
II – POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE
3. Fundamentos e conteúdo 213
4. As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente 213
5. Princípios, objeto e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente 214
6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente 218
III – POLÍTICA URBANA E PROTEÇÃO AMBIENTAL
7. Fundamentos constitucionais da Política Urbana 220
8. A qualidade do meio ambiente como objetivo da Política Urbana 220
9. Ordenação dos espaços urbanos como instrumento da Política de Meio Ambiente 221
10. Renovação urbana e meio ambiente 223
IV – POLÍTICA AGRÍCOLA E PROTEÇÃO AMBIENTAL
11. Idéia e fundamentos 224
12. Propriedade rural e proteção ambiental 225
V – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
13. Constituição do Sistema 226
14. Atuação do SISNAMA 229

*Capítulo II – **Espaços Ambientais***

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS
1. Noção 230
II – ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS
2. Regime jurídico constitucional 231
3. Conceito 233
4. Categorias 233
III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
5. Noção e objetivos 235
III.1 – UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL
6. Pré-compreensão 236
7. Estações Ecológicas 236
8. Reservas Biológicas 238
9. Parques Públicos 239
10. Monumentos Naturais 241
11. Refúgios de Vida Silvestre 243
III.2 – UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
12. Pré-compreensão 244
13. Áreas de Proteção Ambiental 245
14. Áreas de Relevante Interesse Ecológico 247
15. Floresta Nacional 248
16. Reservas Extrativistas 249

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17. Reserva de Fauna 250
18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável 250
19. Reserva Particular do Patrimônio Natural 252
III.3 – REGIME JURÍDICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
20. Criação das Unidades de Conservação 253
21. Regime jurídico das populações tradicionais 255
22. Subsolo e espaço aéreo 257
23. Mosaico de Espaços Protegidos 258
24. Plano de Manejo nas Unidades de Conservação 258
25. Direção das Unidades de Conservação 259
26. Recursos das Unidades de Conservação 259
IV – ESPAÇOS PROTEGIDOS NÃO INCLUÍDOS NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)
27. Noção e regime jurídico 261
28. Jardins Botânicos 261
29. Hortos Florestais 262
30. Jardins Zoológicos 262
31. Reservas da Biosfera 263
V – ESPAÇOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL
32. Noção e regime 264
33. Patrimônio Nacional 265
VI – ZONEAMENTO AMBIENTAL
34. Conceito de zoneamento 271
35. Objetivo e natureza do zoneamento 272
36. Zoneamento Urbano 273
37. Zoneamento Ambiental 275
38. Zoneamento Industrial 275
39. Zoneamento para Pesquisas Ecológicas 277
40. Zoneamento nas Áreas de Proteção Ambiental 278
41. Zoneamento nos Parques Públicos 278
42. Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos 279

*Capítulo III – **Autorizações e Licenças Ambientais***

1. Instrumentos de controle ambiental 280
2. Conceito e distinções 281
3. Permissões e autorizações ambientais 282
4. Licenças ambientais em geral 284
5. Licenças ambientais de obras e atividades 285
6. Licença e Estudo de Impacto Ambiental 287

*Capítulo IV – **Estudo de Impacto Ambiental***

1. Conceito 289
2. Fundamento constitucional 290

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Casos de Estudo de Impacto Ambiental 290
4. Natureza procedimental do instituto 292
5. Proponente do projeto e equipe multidisciplinar 293
6. Competência sobre o Estudo de Impacto Ambiental 294
7. Fases do procedimento do Estudo de Impacto Ambiental 295
8. Elaboração das diretrizes 296
9. Fase das atividades técnicas 297
10. Relatório de Impacto Ambiental 299
11. Participação do público 300

Capítulo V – ***Responsabilidade pelos Danos Ecológicos***

I – DANO E REPARAÇÃO
1. Conceito e fundamento constitucional 302
2. Tipos de responsabilidade 302
3. Competência para legislar sobre dano ambiental 303

II – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA
4. Noção e fundamento jurídico 304
5. Infrações e sanções administrativas 305
6. Formalização das sanções 306

III – RESPONSABILIDADE CRIMINAL
7. Conceito 307
8. Crimes contra o meio ambiente 308
9. Apuração da infração penal 314

IV – RESPONSABILIDADE CIVIL
10. Conceito 314
11. Fundamento jurídico 315
12. Natureza da responsabilidade 315
13. Cláusulas excludentes 316
14. Impacto ambiental e reparação do dano ambiental 317
15. Determinação do responsável 317
16. Tipos de reparação 318

Capítulo VI – ***Meios Processuais de Proteção Ambiental***

1. Meios processuais 320
2. Ação penal 320
3. Procedimento civil ordinário 322
4. Ação civil pública 322
5. Ação popular 323
6. Mandado de segurança coletivo 324
7. Tutela cautelar 324
8. Execução específica e mandamento cominatório 325

Bibliografia 329

Índice alfabético-remissivo 337

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br